

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASO

Priscila Valente Batista Neto¹

Resumo: O estudo apresenta uma perspectiva teórico-prática sobre a transição agroecológica e a percepção ambiental no âmbito do serviço de assistência técnica e extensão rural executado pelo Instituto Mãe Terra, organização da sociedade civil (OSC) que atua no território do Sul e Extremo Sul da Bahia; consiste em uma pesquisa qualitativa, subsidiada em um estudo de caso que envolveu 218 propriedades rurais da agricultura familiar assistidas pela referida OSC, contempladas pelo Programa Bahia Produtiva, do Governo do Estado da Bahia. Para tanto, foi realizada uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural realizadas nos assentamentos: Associação 02 de Julho; Associação comunitária Fruto da Terra; Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Milton Santos; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Chico Mendes; Associação de Apicultores de Guaratinga. . Neste trabalho, foi realizada a descrição das atividades realizadas nos cinco assentamentos, pontuando as formas de execução, desafios e as particularidades do processo, assim como pontuações sobre a percepção dos assistidos sobre as atividades realizadas nas unidades produtivas familiares e a respeito da transição agroecológica proposta pelo programa e OSC. A pesquisa nos revelou que as ações de ATER são norteadas pelo caminho da transição agroecológica e que contribuem para a construção de uma percepção ambiental positiva. A extensionista de cunho participativo e humanista foi de suma importância.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural; Transição Agroecológica; Percepção Ambiental; Agricultura Familiar.

¹Instituto Mãe Terra.

E-mail: priscilavbneto@gmail.com. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1899979646612157>.

Abstract: The study presents a theoretical-practical perspective on the agroecological transition and environmental perception within the scope of the technical assistance and rural extension service run by Instituto Mãe Terra, a civil society organization (OSC) that operates in the territory of the South and Extreme South of Bahia. Consists of qualitative research, supported by a case study that involved 218 rural family farming properties assisted, covered by the Bahia Produtiva Program, of the Government of the State of Bahia. Analysis was carried out of technical assistance and rural extension actions carried out in the settlements: Associação 02 de Julho; Fruto da Terra community association; Association of Small Producers of the Milton Santos Settlement; Association of Small Rural Producers of the Chico Mendes Settlement; Guaratinga Beekeepers Association. In this work, a description of the activities carried out in the five settlements was carried out, highlighting the forms of execution, challenges and particularities of the process, as well as scores on the perception of those assisted on the activities carried out in family production units and regarding the proposed agroecological transition. The research revealed to us that technical assistance and rural extension actions are guided by the path of agroecological transition and that they contribute to the construction of a positive environmental perception. The participatory and humanist extensionist was of paramount importance.

Keywords: Technical Assistance and Rural Extension; Agroecological Transition; Environmental Perception; Family Farming.

Introdução

Moldando o estudo de caso, foram manuseadas as atividades de ATER executadas pelo Instituto Mãe Terra através do Programa Bahia Produtiva, promovido pela Companhia de Desenvolvimento e Extensão Rural (CAR) em parceria com o Banco Mundial, associações e entidades da agricultura familiar contempladas, previstas no contrato nº 061/2019, celebrado entre o IMT e a CAR.

As ações de ATER supracitadas foram observadas e apontadas por tema e similaridade, conforme a relação direta do tema à agroecologia, dispondo informações sobre o tema central da atividade, carga horária, número de participantes, impacto e resultados esperados. Como estratégia para o alcance das respostas e aos objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, onde a dissertação inicia com a apresentação e trajetória da autora. Segue para a linha e temática de pesquisa, sobre a percepção ambiental, transição agroecológica e assistência técnica rural, em sequência o estudo de caso.

Neste estudo de caso, foram analisadas as atividades realizadas em cinco subprojetos assistidos no Território da Costa do Descobrimento, comunidades contempladas do projeto Bahia Produtiva, voltado para o desenvolvimento rural e a inclusão econômica, social e produtiva das

populações que vivem no campo; essas atividades foram firmadas por um termo de referência e são norteadas para a transição agroecológica.

Sob o olhar da aluna-participante, entoando assim repercussão para uma reflexão, são descritas observações de campo da extensionista-aluna, entrelaçadas às informações críticas percebidas durante a execução das ações, anotações e observações em campo; análise documental dos relatórios e acervo das fotografias, de forma fluída e embasada pelo próprio esforço da autora participante em buscar e aprofundar os conhecimentos para aqui descrevê-los, através da observação atenta e interpretação crítica.

São apresentadas, à luz da teoria, a descrição das congruências entre os assuntos, os temas pertinentes à transição agroecológica e a percepção do público de agricultores familiares, pelo olhar participante do beneficiário das atividades de ATER, captado dentro do grupo focal de representantes que participaram do 4º Seminário Territorial da Costa do Descobrimento.

O estudo ora apresentado se guiou em responder à seguinte questão: A assistência técnica e extensão rural prestada a agricultores familiares pelo Instituto Mãe Terra, na Costa do Descobrimento, na perspectiva da melhoria dos serviços ambientais, contribuiu com o processo de transição agroecológica e aumento da percepção ambiental positiva?

Entendemos como modelos tradicionais, aqueles que diferem da nova cultura produtivista, que compreende a produção tecnicista e focada apenas na produtividade, atenuada pela busca por maiores lucros. Dito por Altieri e Nicholls, para além dos impactos de vida, possuem também balanço ambiental positivo, quando falamos sobre sustentabilidade dos sistemas tradicionais.

Muitos dos sistemas agrícolas tradicionais ao redor do mundo servem como modelos de sustentabilidade que oferecem exemplos de medidas de adaptação que podem ajudar milhões de moradores rurais a reduzir sua vulnerabilidade ao impacto da mudança climática (Altieri; Nicholls, 2009, p. 8).

Nesta proposta, apresentamos abaixo, os dados aferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com fruto de estudos para efetivação da relação produtiva das unidades produtivas familiares no panorama nacional.

De acordo com o IBGE (2009), em 2006 existiam cerca de 4.367.902 estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, correspondendo a aproximadamente 84% do total de unidades agropecuárias e garantindo a ocupação de cerca de 74% da mão de obra na área rural. O segmento da agricultura familiar detém em torno de 20% das terras e responde por aproximadamente 38% da produção nacional, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais” (Castro, 2017, p. 15).

Para trilhar o caminho para uma nova perspectiva dentro no meio rural, confirmamos a necessidade de desdobramentos diferentes. Por exemplo, quanto à abordagem de campo, deixando de ser tecnicista e passando a ser mais humanista.

Deve-se adotar, necessariamente, metodologias participativas que ajudem a democratizar a relação entre extensionistas e agricultores. Ao contrário dos métodos que geram dependência e alienação, deverão ser adotadas metodologias que possam contribuir para o “empoderamento” dos atores sociais” (Caporal, 2006, p. 2).

Essa ideia se intercala com a pluralidade dos temas abarcados pela agroecologia, que nos conduzem para uma sociedade mais consciente do ponto de vista ambiental, contrapondo e questionando as estruturas hegemônicas do estado capitalista, principalmente os hábitos de alimentação e consumo.

Numa perspectiva mais ampla, o debate contemporâneo sobre a transição agroecológica pode ser visto como desdobramento de uma história ecológica relativamente recente de desconexão da agricultura e do sistema agroalimentar de sua base biofísica de sustentação, os ecossistemas locais (Caporal, 2008, p. 11).

Desta forma, entendemos que quando falamos em transição agroecológica, não estamos falando de um somatório de experiências e iniciativas que tentam formar massa crítica, mas de um movimento que reivindica mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos, segundo Caporal (2008).

O conjunto de ações, que se moldam contrárias à direção do desenvolvimentismo, da exploração ambiental e a agroindustrialização desenfreada são consideradas em prol da melhoria ambiental.

Caporal segue destacando que “a transição agroecológica deixa de ser vista como um percurso técnico de conversão dos sistemas produtivos, influenciado por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais” (2008, p. 186). Para o autor, constitui-se como um processo conflitivo e multinível de mudança socioambiental, gestada e conduzida pela ação humana.

Neste trabalho, comungamos com uma transição agroecológica que compreende diferentes momentos de desenvolvimento no campo, onde a agroecologia extrapola os métodos técnicos de plantio, manejo do solo e especificidade da mão de obra utilizada, abarcando outras dimensões: políticas, sociais e econômicas, por exemplo.

Quando falamos que a percepção ambiental deve estar em cada momento de nossa vida, estamos dizendo: “pare, olhe,

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

sinta, escute...”. Estamos dizendo que não podemos mais viver sem que a harmonia esteja presente (Palma, 2005, p. 21).

Nessa frase, identificamos, assim, a amplitude e multidiversidade da percepção ambiental, compreendendo o homem/mulher enquanto sujeitos, e todas as nuances que permeiam seu modo de vida, desde hábitos alimentares, moradia, até outras escolhas relacionadas à condição social-ambiental em que vivemos.

Para Andrade (2009, p. 8), “não obstante ao otimismo neoclássico, nota-se uma crescente adesão à ideia de que a escala do sistema econômico e os padrões de consumo decorrentes do estilo de desenvolvimento em curso são insustentáveis do ponto de vista ecológico”. Firmamos, assim, nosso compromisso com uma linha conceitual sustentada na percepção ambiental crítica, compreendendo a necessidade de reformulação nas maneiras de interpretar os recursos naturais e a sua exploração.

O processo compreende o que chamamos de fase exploratória da pesquisa, tempo dedicado ao processo e interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo” (Minayo, 2008, p. 26).

A etapa exploratória da pesquisa engloba todo o material estudado e sua organização. Solidificado o projeto de investigação, passamos ao trabalho de campo, para posteriormente trabalhar o material, ordenação, classificação e a análise propriamente dita, entendida como análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Assim, utilizamos instrumentos e elementos no sentido de perceber os desafios na prática. A pesquisa inicia com um questionamento e a busca por um entendimento, articulados com conhecimentos anteriores (Minayo, 2010).

Em suma, vale ressaltar que a Análise Documental, numa perspectiva qualitativa, se configura em um procedimento que utiliza técnicas específicas para a apreensão e compreensão de variados tipos de documentos e que adota para tal cauteloso processo de seleção, coleta, análise e interpretação dos dados” (Junior, 2021, p. 49).

Importa, para nossas discussões, a classificação dos estudos, que os autores fazem no prefácio da obra, a partir da qual podemos começar a elucidar as vertentes teóricas do campo: estudos de caráter intervencionista, preocupados com o entendimento da percepção para projetos de gestão ambiental; estudos de caráter interpretativo, envolvendo investigações fenomenológicas e de construção social do universo simbólico; estudos de caráter educacional, nos quais a percepção é parte do processo de formação de conhecimentos e, conseqüentemente, de valores.

Dito isso, as ações de ATER foram observadas no sentido de sondar como os temas se entrelaçam ao resultado alcançado. Todas as observações foram descritas sob a ótica da assistência técnica como ferramenta norteadora para auxiliar na transição agroecológica; as observações foram descritas a fim de contribuir para a transição agroecológica através da reflexão e difusão das informações.

As atividades foram guiadas pelo plano de trabalho do próprio programa. As visitas são direcionadas para orientar a realização de práticas agropecuárias que elevem a produção e produtividade das lavouras e criatórios, promover o manejo sustentável dos recursos naturais com proteção ambiental e acompanhar e monitorar os indicadores relacionados à base de produção definidos no Plano de Negócio dos Empreendimentos apoiados pelo Projeto Bahia Produtiva.

Para referenciar nosso estudo de caso, recorremos a Yin (2015), que traz a seguinte definição: “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (“o caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não puderem ser claramente evidentes” (Yin, 2015, p. 17)

A investigação seguiu a análise dos documentos pela perspectiva de Laurence Bardin (1979), a qual abrange diferentes sentidos para as interpretações:

O que é a análise documental? Podemos defini-la como - uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Bardin, 1977, p. 45).

Para viabilizar a pesquisa, optamos pelo grupo focal. O grupo focal é uma metodologia que propõe uma dinâmica de interações entre um conjunto limitado de pessoas, que devem estabelecer entre si, uma troca mútua de informações, pensamentos, expectativas, com relação a um determinado tema, provenientes de suas experiências pessoais e do contato com o seu meio social, sendo orientadas por um moderador ou facilitador.

Bernadete Madureira, faz algumas referências ao trabalho de Gatti, e também descreve outros autores como Morgan e Krueger que discorrem sobre a utilização de grupo focal.

De acordo com Morgan e Krueger (1993) esse tipo de técnica de pesquisa tem como objetivo entender, a partir das trocas nas discussões no grupo, conceitos, sentimentos como também atitudes, reações etc. de um modo específico que não seria possível captar através de outras técnicas como: a entrevista, questionário ou a observação. O trabalho como grupo focal permite compreensão de contraposições,

contradições, diferenças e divergências (Madureira, 2015, p. 484).

Ao traçar uma reflexão sobre o meio ambiente, a agricultura e às práticas agroecológicas, iniciamos propondo desconstruções de processos e conceitos associados às práticas convencionais da agricultura, aos quais podemos lembrar pelas mudanças ocorridas nos últimos anos, desde à forma de exploração dos recursos naturais, às próprias mudanças nos hábitos sociais e da humanidade, onde foram priorizados o uso de maquinário e insumos, avanço da tecnologia no campo.

Sobre a atividade, estiveram envolvidos os beneficiários que em comum, receberam assistência técnica, A dinâmica contou com a avaliação dos beneficiários sobre o projeto, suas conquistas e desafios e, ainda, as expectativas que ficam após esse processo de aprendizado e intervenção. A atividade rendeu o compartilhamento de muitas memórias, troca de histórias pessoais, e relatos de experiências que emocionaram a todos e todas (ASCOM, 2023). Durante a oficina além dos recortes das falas dos beneficiários, eles fizeram também o exercício de escrever em post-it as suas percepções e comentários sobre os momentos vividos durante as atividades executadas durante o projeto.

Consideramos o meio ambiente aquele espaço que vai desde o ambiente ecológico, meio rural ou também meio urbano, pois essa é a realidade da maioria das pessoas, mesmo àqueles que habitam a zona rural, possuem laços e interligações diretas e indiretas com o meio urbano e industrial, contato com o dia a dia urbano e esse atual ritmo do desenvolvimento, seja na compra de alimentos, produtos e insumos, pela proximidade da localização, acesso ao comércio, como também pelo avanço tecnológico que através do acesso à informação vem aproximando diferentes vertente e proporcionando novas maneiras de viver.

Desde a reunião de planejamento, ações pensadas para estimular e oportunizar o surgimento de demandas próprias das populações-alvo; para a elaboração e execução são consideradas as políticas públicas pertinentes, assim como, através da participação das pessoas envolvidas busca-se fortalecer os espaços democráticos de controle social, incentivo à autonomia, exigibilidade dos direitos, mecanismos de participação, conhecimentos, diálogo, transparência e exercício de direitos e deveres dos cidadãos.

Essas ações foram observadas sobre a ótica da educação ambiental crítica, respeito do que são as múltiplas temáticas relacionadas à contribuição ambiental, utilizadas para guiar uma reflexão sobre a promoção ambiental e a assistência técnica, destacando um conjunto de ações e processos, propondo uma reflexão que possa contribuir para a transição agroecológica e a assistência técnica rural pelo olhar da percepção ambiental integral.

Desenvolvimento Rural e o caminho para promoção socioambiental

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

Soluções para desafios complexos, como a redução da pobreza, as mudanças climáticas e a crise da biodiversidade, exigem abordagens transdisciplinares já que essas questões estão inter-relacionadas (Scarano, 2017).

Observamos o caráter mais ou menos emancipatório da extensão rural em suas diferentes fases, e o ciclo político das diferentes políticas nacionais de assistência técnica e extensão rural. Para as etapas sugeridas como divisão de momentos, podemos notar que a influência de apoio do Governo Federal na prestação de serviços de ATER pública em território nacional (Pettan, 2010).

O marco teórico para uma “Nova Extensão Rural” deverá orientar-se pela busca contínua de estratégias que impulsionam padrões socioculturalmente desejáveis, apoiados na evolução histórica dos grupos sociais em sua coevolução com o ecossistema em que estão inseridos. Isto implica a construção de contextos de sustentabilidade e de resistência etnoecológica compatíveis com a realidade do público beneficiário. Ainda reforçado por Caporal.

Exige a aceitação de que a agricultura familiar é ao mesmo tempo unidade de produção, consumo e reprodução, funcionando mediante lógica claramente distinta daquela associada à agricultura capitalista. Ademais, requer a compreensão de que os agricultores tradicionais estão submetidos a um contexto específico, cuja socialização se dá mediante processo de aprendizagem, experimentação e erro, mediados pelo conhecimento de processos biológicos e sociais presentes no entorno (Caporal, 2001).

Altieri, nos apresenta que essas soluções viáveis são complexas.

Isso implica na busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas, o que requer a otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de qualquer produto específico (Altieri, 2002 p. 2).

No contexto das unidades produtivas rurais e da perspectiva de transformação ambiental para a mudanças no comportamento positivo em relação ao meio ambiente, é necessário uma conscientização. Ao oportunizar trocas de experiências, rodas de conversa, momentos de reflexão, oficinas e atividades práticas para difusão de tecnologias socioambientais, são apresentadas formas de produção agrícola que contribuam positivamente ao meio ambiente e à restauração ecológica (Altieri, 2002).

Para discutir o que entendemos por “Extensão Rural Agroecológica”, partimos de elementos orientadores das ações dirigidas à construção de contextos de sustentabilidade compatíveis com a noção de desenvolvimento local agroecológico” (Sevilla Guzmán, 1999).

O estabelecimento de pautas de desigualdade social e de distribuição do poder, da propriedade, da riqueza, do status e dos privilégios, tanto a nível

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

internacional como no interior de uma sociedade específica. Essas e outras ideias são discutidas por Eduardo Sevilla Guzmán.

Ao contrário da ciência convencional, que utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista, a Agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (Guzmán, 2001, p. 36).

Os sistemas agroecológicos norteiam para o equilíbrio e harmonia do espaço, prevendo a estabilidade. Os agroecossistemas, que são complexos e distintos entre si, necessitam de uma abordagem multidisciplinar, enquanto no convencional a ocorrência de patógenos são mensurados pelo nível de dano econômico causado à lavoura, controlando para que sua população esteja abaixo do limiar de dano econômico da cultura.

O modelo de produção convencional visa maior produtividade a qualquer custo, exploração máxima do meio ambiente, utilizando técnicas intensivas de uso do solo e recursos naturais sem preocupação com um manejo sustentável, conservação e diversificação do sistema contribui para o desequilíbrio ambiental; em contraponto, a agroecologia, dentro do contexto da agricultura familiar de base agroecológica, busca alternativas para minimizar os impactos com a produção e garantir a segurança alimentar da família (Gliessman, 2005).

Observamos dentro do contexto de agricultores familiares, a busca pelo equilíbrio através da resiliência, onde esta é percebida como a capacidade intrínseca de um sistema produtivo em manter sua integridade no decorrer do tempo e as pressões externas (Marzall, 2007).

Característica de um sistema resiliente seria aquele que apresenta capacidade e flexibilidade de perceber e criar opções de superação diante de imprevistos ou pressões externas. (Brookfield, 2001). Dentro das técnicas agroecológicas, podemos dar luz a essa resiliência, se tratando do próprio manejo da lavoura ou mesmo sobre outros aspectos, como o fortalecimento social e importância das relações de confiança.

Em relação ao meio produtivo, são confirmadas evidências de técnicas agroecológicas utilizadas para enfrentamento de período de estiagem e que reduziram o risco total de perda de produção (Salzar, 2012).

Uma forte crítica ao crescimento produtivista, observado pela ótica do economicismo do conceito desenvolvimento, assim os ambientalistas trazem contrapontos ao comportamento e às formas de consumo e mercado.

Essa nova ética comportamental de interesse social coletivo. Vale se lembrar que ele explica algumas ramificações, dessas três, uma visão estatista - considera que a qualidade ambiental é um bem público que deve ser

normatizada, regulada e promovida pelo Estado, com a complementaridade das demais esferas sociais, em plano secundário, o mercado e a sociedade civil (Viola, 1995).

Enquanto critério da responsabilidade social, o paradigma remete à busca do desenvolvimento sustentável em que três critérios fundamentais devem ser obedecidos ao mesmo tempo: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (Kraemer, 2005).

A visão ecocapitalista que se caracteriza por reunir princípios antropocêntricos e individualistas. Representa a posição econômica e politicamente dominante dentro do ambientalismo global, reconhece a questão ambiental como um subproduto indesejável do progresso, mas perfeitamente ajustável dentro da ordem capitalista e que dispensa quaisquer mudanças mais profundas (Lima, 1997, p. 8).

Ambos os conceitos de sustentabilidade mencionados acima, passam a ser revistos pelas próprias inconsistências percebidas, entre os interesses de vertente mais ambiental, econômica e ou vice versa, seja pelos percalços da exploração e uso desenfreado dos próprios recursos naturais, somado às mudanças no modo de vida da sociedade, pós urbanização.

Seguimos para o novo momento palpável sobre o que seria norteador como melhorias ambientais dentro de um panorama amplo, permeados pelo conceito de sociedades sustentáveis:

Essa noção de sociedades sustentáveis , se baseia na expressão de Chambers, na qual as pessoas, sobretudo as mais pobres, devem ser sujeito e não "objetos do desenvolvimento". O meio ambiente e o desenvolvimento são meios e não fins em si mesmos. Neste sentido ele se refere à sustentabilidade no modos de vida, onde a qualidade de vida passa a ser uma prioridade (Diegues, 1992, p. 28).

Os dilemas do desenvolvimento sustentável , são vistos como essa dicotomia entre utilização consciente da natureza e a impossibilidade da existência do mesmo, juntamente com a proposta de modelo de sociedade capitalista, antropocêntrica, quando hoje falamos de desenvolvimento sustentável nos referimos ao contexto da sociedade capitalista industrial.

Os entendimentos de sustentabilidade e busca ambiental positiva, são norteados e fundamentados na base da compreensão correta sobre todo o ciclo produtivo, considerando uma busca por sociedades sustentáveis e não desenvolvimento. Sendo assim, prioritariamente relevantes para as transformações de consciência, percepção e escolhas para o bem-viver humano.

Um exemplo claro das inconsistências no que tange essas diretrizes de políticas e indicadores de governança e sustentabilidade, são os próprios fatores de exclusão, de contextos históricos completamente entrelaçados, que não são percebidos, a exemplo, os movimentos de luta pela terra.

A flagrante contradição entre o discurso e a prática fica evidente quando movimentos sociais de alta participação, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) do Brasil, deixam de se “enquadrar” nos critérios do empoderamento e governança, e de serem sujeitos a crédito por parte da maioria das instituições de crédito internacionais, ainda que cumpram mais claramente com os requisitos que esses conceitos encerram, como a liberdade de ação, a auto-responsabilidade e a colaboração (Foladori, 2002, p. 111).

Para o texto trazemos como principal preocupação, a questão da transformação de uma filosofia de sustentabilidade para uma prática de sustentabilidade, conciliar o imediatismo do capital com o longo prazo do meio biológico, permeando a consciência e qualidade da percepção real dos problemas ambientais causados e vividos.

Os métodos clássicos de extensão, são baseados no modelo da instrução, onde as escolas técnicas e as universidades estão formando profissionais e extensionistas para transferência de tecnologia, aprende para ir lá e apenas transmitir ao produtor rural, na maioria conhecimento de referência ao modelo de produção convencional, em síntese a transferência de conhecimento pressupõe uma comunicação unilateral para então uma mudança de comportamento, seguindo uma direção das instituições de ensino para o campo.

O projeto, denominado Bahia Produtiva, foi celebrado no ano de 2019, código do contrato de número 0612019, para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos beneficiários dos empreendimentos apoiados pelo Bahia Produtiva contemplados pelo edital 01/2015, assinado na data 02/04/2019, com vigência prevista até 02/04/2023, após aditivos, finalizado em 30/11/2023. Nesse período atendidos 19 subprojetos desenvolvidos no Território de Identidade Costa do Descobrimento e na região do Litoral Sul e Extremo Sul, do Estado da Bahia, sendo formado pelos municípios de: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Pau Brasil, Teixeira de Freitas, Jucuruçu e Camacan.

As atividades executadas estão incluídas no objeto de estudo da pesquisa, uma vez explicado o papel da extensionista-aluna, onde a pesquisadora participou ativamente na execução das atividades de assistência técnica, no entanto, o recorte direto se deve aos subprojetos voltados à agricultores familiares, inseridos no território da Costa do Descobrimento, contemplando 05 dos subprojetos atendidos dentro desse território, pertinente

aos identificados abaixo. Lista dos subprojetos de empreendimentos rurais objetos diretos do estudo (Tabela 01).

Tabela 1: Lista das propriedades e empreendimentos rurais estudados.

CIDADE	Propriedade/Entidade	Nº de UPF
Eunápolis	Associação 2 de Julho	21
Porto Seguro	Associação Comunitária Fruto da Terra	20
Porto Seguro	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Milton Santos - APPRAMS	100
Porto Seguro	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Chico Mendes	27
Guaratinga	Associação de Apicultores de Guaratinga	50

Fonte: Autoria própria.

Sendo as ações de assistência técnica e extensão rural realizadas pela equipe do IMT, subdivididas em 144 visitas técnicas, com duração de 04 (quatro) horas cada uma a serem realizadas para uma parte das famílias beneficiárias a ser definida em conjunto com os ACRs e ACAs, 42 encontros comunitários, com duração de 08 horas cada, a serem realizados nas Comunidades Rurais ou sede das organizações produtivas dos beneficiários, sob a convocação e coordenação do Instituto Mãe Terra, 03 (três) oficinas de formação e acompanhamento dos ACRs e ACAs, com duração de 16 horas cada e 02 (dois) seminários territoriais de representação de beneficiários, com duração de 16 horas cada.

A participação é um processo a ser construído com as pessoas envolvidas, tornando-as autoras, tendo controle de escolhas durante todo o processo, sendo sujeito do seu próprio desenvolvimento, para validação desse processo são oportunizados momentos de escuta, junto às comunidades, no qual a equipe técnica busca reconhecer as habilidades e as suas aptidões agrícolas dos beneficiários, com o objetivo de potencializar os saberes e fazeres tradicionais.

Sendo o papel do extensionista ser um facilitador e não transmissor de informações, oportunizando o compartilhamento de experiências, apoiando as pessoas para obter melhores resultados, assessorá-las de acordo com o que elas consideram as suas necessidades e prioridades, apoiando na identificação e negociação de soluções mais adequadas, promovendo a expressão das diferentes formas de pensar, criando um ambiente de confiança, compartilhamento de informações para tomada de decisões.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

As atividades, têm como eixo central uma linha humanista, seguindo um propósito previamente orquestrado, seguindo uma abordagem sensível para com os públicos assistidos, principalmente atentos ao olhar integral, os temas assertivos para a promoção ambiental, em conjunto as observações sobre a percepção dos agricultores envolvidos.

A preocupação ambiental surge em contraponto a está lógica desenvolvimentista da agroindustrialização, mostrando a possibilidade de mudança através do olhar pelo consumo consciente, maior visibilidade para produtos e alimentos comprometidos ambientalmente, por vezes esse é o cenário onde é provocada a sensibilização ambiental para parte da sociedade, este e outros fatos fortalecem e trazem coesão para as cadeias produtivas que dialogam com a agroecologia, agricultura orgânica e transição agroecológica.

A transição agroecológica surge no caminhar dos processos para o equilíbrio ambiental utópico, quando estamos falando em respeitar e buscar sociedades sustentáveis, no meio rural, sistemas produtivos mais complexos e diversos com impacto positivo ao ambiente.

Percebe-se, que a lógica modernista e tecnológica capitalista engendrou uma série de reformas sobre a estrutura agrícola familiar tradicional, as consequências disso afastaram as famílias de sua realidade produtiva. Esta reforma modificou a maneira de pensar e agir, com novas ações e novos objetos estranhos à estrutura comum ao homem do campo, uma nova fase onde o momento agrícola se transforma numa fase de expropriação capitalista sobre o meio rural brasileiro (Souza, 2011).

Sobre a escolha do local de realização da atividade de ATER, sempre atentos para as múltiplas demandas dentro da comunidade, lembrando com a associação é composta por um conjunto de diversidade, para mostrar empatia e fortalecer laços, são sugeridos que os locais das atividades circulem em diferentes partes dentro da própria comunidade, justifica e facilita a logística para a participação das pessoas.

As condições de logística dos beneficiários para as atividades é precária, por vezes o deslocamento é realizado a pé, fazendo em um local central ou propriedade fixa aumenta possibilidade de exclusão de grupos, sendo assim o rodízio adotado pela equipe, possibilita maior interação entre grupo da mesma comunidade, principalmente nas ações coletivas.

Para definição do tema e data, mesma lógica, observando a dinâmica comunitária e os interesses, muito importante que o agente de ATER esteja preparado para a realização das práticas, portanto a escolha do tema deve se dar em torno das demandas dos agricultores e objetivos propostos que contribuam para a melhoria de vida da família, no campo.

Visitas técnicas de cunho prático, com duração de quatro horas, os materiais para realização de manejo agrícola previamente organizados pela equipe, conforme demanda previamente coletada, a exemplo, seguindo os objetivos e etapas, preparo do solo, plantio, poda, estratificação, uso

consciente da água e atividades múltiplas voltadas à técnicas de manejo e proteção do solo.

As visitas técnicas teórico-práticas, permitiram uma aproximação da equipe com o público participante, e as iniciativas de campo, facilitaram o entendimento da equipe sobre os principais gargalos produtivos. Abaixo uma figura ilustrativa sobre as atividades de ATER realizadas (Figura 1).



Figura 1: Fotografia ilustrativa, visita técnica realizada pela equipe de ATER.

Fonte: Acervo Instituto Mãe Terra (2021).

As atividades práticas seguiram o seguinte formato: a equipe entra em contato com lideranças e representantes das entidades contempladas com o programa, neste primeiro momento é importante fazer uma mínima sondagem, informações necessárias para o bom seguimento do planejamento das ações.

A importância do quintal produtivo e a relação com a segurança alimentar e nutricional foram de grande relevância. Cada sub projeto foi contemplado com um conjunto de atividades relacionadas à segurança alimentar e nutricional, contendo roda de conversa sobre as plantas alimentícias não convencionais (PANC) e plantas medicinais. A atividade prática foi sobre quintal produtivo, identificação e multiplicação de PANC, além de oficina culinária, degustação de pratos deliciosos utilizando as PANC. A

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

Figura 02 ilustra as atividades de SAN, em que a equipe se mobilizou para aprender e replicar as técnicas de utilização das plantas alimentícias não convencionais-PANC (Figura 2).



Figura 2: Fotografia ilustrativa, atividades relacionadas à segurança alimentar e nutricional.
Fonte: Acervo Instituto Mãe Terra (2021).

As atividades relacionadas a SAN, segurança alimentar e nutricional, tiveram uma dinâmica específica e grande impacto nas comunidades assistidas. O caminho percorrido, as mudanças da vida no campo, os hábitos alimentares foram se modificando, essas mudanças ficaram explícitas durante as ações de ATER, pela investigação do estudo, como pelo tempo de convivência nas comunidades rurais.

Outras ações de cunho um tanto mais prático, focado em técnicas agroecológicas e conservacionistas, como utilização de cobertura de solo, sensibilização sobre a importância da camada de matéria orgânica e a ciclagem de nutrientes, a equipe percebeu maior resistência por parte dos participantes.

A montagem prática de um canteiro com cobertura de solo, um material comum em muitas dessas visitas técnicas, a maior aderência foi pela utilização de matéria orgânica extraída das bananeiras, material de fácil utilização.

Ludicamente também é interessante, pois a banana tem uma cor verde clara e facilita o contraste de cor, com os tons marrons do solo exposto.

Quando se trata de alcançar este equilíbrio, necessita o processo que envolva as pessoas que habitam e trabalham nas atividades, os atores sociais envolvidos, busca-se o melhor para o sistema de cultivo, promovendo a melhoria ambiental integral, para transmitir informações que de certa forma são complexas, simplificá-las à prática e a demonstração de sucesso é um elo forte para sucesso e difusão da agroecologia.

“O sentimento de pertencimento como um elo conectivo entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Conexão capaz de potencializar a construção do eu, do outro e do universo, por meio de interações múltiplas” (Santos, 2020).

Sendo assim, o saber constituído na formação acadêmica de educador/facilitador é importante e essencial para a sua prática, porém o mesmo não pode desconsiderar os saberes da experiência vivida dos participantes, que possuem igual relevância. A integração desses conhecimentos pode oportunizar uma aproximação do facilitador à realidade dos participantes, e promover um conhecimento que respeita a diferença (Freire, 2017).

Assim, consideramos potencial ações voltadas para o desenvolvimento rural, àquelas vistas à maneira integral, onde o ser humano é protagonista da mudança, fortalecendo o combate a desinformação, e o caminho para a sociedades sustentáveis, norteados pela consciência.

No contexto rural, quando se adota sistemas baseados no meio de cultivo máximo, convencional, estamos supondo a natureza a servir para o benefício do homem, em prol de lucros.

Alguns desafios são desconstruir, acreditar na capacidade do outro, sentar, escutar, respeitar e aprender. O perfil para o facilitador de ATER, passar ser aquele extensionista com qualidades de paciência, escuta e empatia, que opta pelo respeito à imposição, que preza pela confiança e tem muita disposição para apreender. Conforme dito por Edinaldo Junior e Manuel Nascimento:

Isso implica em proporcionar espaços de discussão e deliberação em que as vozes das comunidades sejam valorizadas e levadas em conta na definição de medidas e políticas relacionadas ao uso e conservação dos recursos naturais (Junior e Nascimento, 2024, p.106).

Diante dos conceitos de meio ambiente e agroecologia aqui compartilhados, faz-se necessário o entendimento que são amplos, sobre a vertente que se converge aos quintais produtivos, à relação do meio ambiente, adequação ambiental em propriedades rurais a percepção ambiental está

diretamente ligada aos resultados coletados nas ações de assistência técnica e extensão rural.

A agroecologia é um caminho de construção, processos e desafios, atuar nesse meio exige uma sensibilidade do extensionista, visto aqui também como educador.

Conclusões

Para tanto, destaco a importância de projetos e ações de assistência técnica que busquem avaliar de forma sensível, a promoção dos benefícios ambientais envolvidos, no sentido do ser humano estar também sendo visto como protagonista nesse processo, oportunizando reflexões para mudança acontecer.

A sensibilização ambiental é de suma importância para a efetivação das mudanças para melhoria da percepção ambiental.

Ações em prol da relevância ambiental precisam manter um diálogo eficaz com o agricultor, uma relação de confiança, para viabilizar a sensibilização ambiental e aumento da consciência, podendo assim trilhar o caminho para a transição agroecológica.

Para o olhar ambiental amplo, podemos observar múltiplas vertentes permeadas nas experiências: saberes e fazeres tradicionais, as relações entre a equipe e os agricultores envolvidos no processo, as diferentes formas de plantar e práticas agroecológicas empíricas, observados nos hábitos e trocas de experiências.

As respostas a este dilema estão centradas nas novas alternativas técnicas sustentáveis e socialmente eficientes, baseadas em decisões assertivas, por grupos de indivíduos conscientes da limitação dos recursos naturais e a importância de hábitos sócio-econômico-ambientais mais coerentes com a realidade e a capacidade de coexistir em paralelo a um meio ambiente harmonioso.

Uma forte crítica ao crescimento produtivista, observado pela ótica do economicismo do conceito desenvolvimento, os ambientalistas precisam contrapor às formas de produção, consumo e mercado, uma nova ética comportamental de interesse social coletivo.

Entender que o discurso do desenvolvimento sustentável é insustentável, uma reflexão crítica acerca da questão ambiental evidencia a crise entre a natureza e o modelo de sociedade. A globalização, a industrialização e a produção encarando os recursos naturais como sendo ilimitados, é a contradição básica para uma insustentabilidade a longo prazo.

Permeado por diferentes níveis de complexidade, a busca segue tocando o problema que gira em torno da lógica do lucro, a busca é por acumulação e exploração como o caminho para a felicidade.

Para o caminho da transição agroecológica, a importância dos sistemas produtivos, estão voltados para a busca do bem-viver, traduzido em melhores condições de vida: saúde, bem estar, saúde mental. Características essas que permeiam também a satisfação econômica e condições básicas de vida.

Reafirmamos preocupação com o desequilíbrio ambiental e o mal funcionamento dos sistemas agrícolas, que pode ser relacionado diretamente com a redução da agrobiodiversidade praticada durante a exploração agropecuária no Brasil.

Afirmo a importância de projetos e ações de assistência técnica que busquem avaliar de forma sensível, as multidimensões envolvidas, atentos para as pessoas envolvidas, condições de vida e bem estar, que são o meio ambiente, oportunizando reflexões.

Agradecimentos

Agradeço a cada agricultor que abriu as portas da sua casa para a equipe de ATER, acolhendo a equipe com extremo carinho e cuidado, o trabalho humanista e sensível é possível com a participação ativa de vocês.

Referências

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. IE/UNICAMP, v. 155, p. 1-43, 2009.

ALTIERI, M. A; NICHOLLS, C. I. **Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales Agroecología**, Costa Rica, V. 64, p. 1724, 2002. Iz, M.A. Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 1ª edição.1997.

ALTIERI, Miguel et al. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Agropecuária; AS-PTA, 2002.

ASCOM. **Newsletter Finalização ATER**. Assessoria de comunicação Instituto Mãe Terra, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária** - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Brasília: MDA, 2010

BROOKFIELD, H. **Exploring agrodiversity**. New York: Columbia University Press, 2001.

CASTRO, César Nunes de. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. 2015.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

CASTRO, César Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural ea política nacional de Ater**. Texto para discussão, 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: **World Congress of Rural Sociology**. p. 114 -123. 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, p. 09-34, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica, v. 2, p. 261-302, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina De Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedade Sustentáveis São Paulo em Perspectiva. **Revista da Fundação SEADE**, v. 6.1992

ESPÍNDOLA, J. A. A; GUERRA, J G. M; DE ALMEIDA, D. L. **Adubação verde**: Estratégia para uma agricultura sustentável. Embrapa Agrobiologia- Documentos (INFOTECA-E), 1997.

FARIAS, Leonardo. **Êxodo rural do jovem no estado da Bahia**. 2018.

FELBERG, Altemar; SANTOS, Elismar Fernandes dos; SILVA, Flaelma Almeida da. Desenvolvimento do protagonismo social juvenil a partir do uso de metodologias integrativas: a tecnologia social “jovens adc”. **Anais do VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**. – 28 a 31 de maio de 2019 - UESB, Vitória da Conquista, BA. Vol. 7, Nº 7 2019.

FELBERG, A., & SILVA, G. de J. Educação do Campo e Autonomia: desenvolvimento comunitário e pedagogia de participação no Assentamento do Movimento Sem Terra [MST], Luís Inácio Lula da Silva (Lulão). **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, 3(2), 381-410. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p381>. 2018

FELBERG, Altemar; SANTOS, Elismar Fernandes dos. **Juventudes em destaque**: aspectos demográficos e socioeconômicos do jovem indígena pataxó da Bahia. Dossiê Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: pluralismos e perspectivas do Sul. V. 50 n. 3 (2019): Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50, n. 3, nov. 2019.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 102, p. 103-113, 2002.

GATTI, B. A. **Grupo focal nas pesquisas em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. In: **Metodologias qualitativas na sociologia.** 2013. p. 223 p-223 p.

JESUS, Meriely O.; SOUZA, Thais S.; OLIVEIRA, Kléber; Campelo, Felipe O.; RANGEL, Iara M. L.; PEIXOTO, Felipe C.; CARNICEL, João L. S.; SANTOS, Elisiane L.; NASCIMENTO, Marcos V.; SILVA, Jonas P.; MATOS, Itamar F. SOUZA, Quelem. VAS, Marileia A. CALDAS, Ronaldo B.; RANGEL, Rafael P.; SOUZA, Juliana L.; SANTOS, João D. Promotores agroecológicos e a metodologia Camponês a Camponês (CaC): a experiência do Projeto Assentamentos Agroecológicos (PAA). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**, 11., 2019, São Cristóvão. Anais eletrônicos. São Cristóvão: UFS, 2019.

JUNIOR, Edinaldo Inocencio Ferreira; NASCIMENTO, Manoel Henrique Reis. Educação Ambiental como instrumento de empoderamento e garantia dos direitos humanos das comunidades tradicionais no Estado do Amazonas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 19, n. 1, p. 102-117, 2024.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

LIMA, Costa Gustavo F. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista de ciências sociais-política & trabalho**, v. 13, 1997.

MADUREIRA LOPES, B. E. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 3, n. 2, 2015.: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30290>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MARZALL, Kátia. Agrobiodiversidade e resiliência de agroecossistemas: bases para segurança ambiental. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

MINAYO. M.C.S. Teoria, método e criatividade.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** MDA/SAF/Dater. 2004

PALMA, Ivone Rodrigues. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental.** 2005.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 7: 317-337, 2025.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):** Percepções e Tendências. 2010. 393 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do Solo Vivo:** Solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SANTOS, D.T. et al. As implicações da pluriatividade na agricultura familiar no distrito de Morrinhos - Guanambi/BA. In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB, 1., 2013, Teixeira de Freitas. **Anais.** Vitória da Conquista: Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2013. v. 1, p. 1 - 11.

SANTOS, Débora Gisele Graúdo; GUIMARÃES, Mauro. **Pertencimento: um elo conectivo entre o ser humano, a sociedade e a natureza.** REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 37, n. 3, p. 208-223, 2020.

SCARANO, Fábio Rubio. **Adaptação às mudanças climáticas baseada em ecossistemas:** conceito, escalabilidade e um papel para a ciência da conservação. Perspectivas em Ecologia e Conservação , v. 15, n. 2, pág. 65-73, 2017.